

A urgência no combate aos inimigos invisíveis

» RUY ALTENFELDER

Curador dos Prêmios Fundação Bunge e presidente do Conselho Superior de Estudos Avançados (Consea-Fiesp)

Na última década, o mundo observou a reincidência de doenças até então erradicadas por campanhas de vacinação em massa, apoiadas por políticas públicas de saúde. O surto de gripe aviária, em 2005, que infectou pessoas no Vietnã, na Tailândia, na Indonésia e no Camboja; o recente ressurgimento de ebola na República Democrática do Congo, que havia sido cessado em novembro de 2020, e a volta da febre amarela no Brasil.

Todas essas ocorrências, consideradas doenças infecciosas emergentes e reemergentes, nos mostram a necessidade de termos mais atenção ao tema, especialmente num período pandêmico, em que os sistemas de saúde estão sobrecarregados. Diversos fatores devem ser considerados para o aumento da incidência dessas patologias nas populações: o surgimento ou identificação de novos problemas de saúde, novos agentes infecciosos, a mudança no comportamento epidemiológico de doenças já conhecidas, além da disseminação de desinformação de movimentos antivacina.

No Brasil, grande parte das condições que favorecem a emergência e reemergência das doenças infecciosas e parasitárias está relacionada a fatores sociais, políticos, demográficos, econômicos e ambientais. Ou seja, é urgente que se discuta os desafios colocados à saúde pública, bem como o reforço e a revalorização da vigilância epidemiológica. Em paralelo, em tempos como o que estamos vivendo, são as desigualdades sociais as primeiras a serem explicitadas em âmbito global quanto ao maior risco de exposição a doenças e menores condições de acesso a tratamentos.

Olhando para trás, as grandes epidemias e surtos enfrentados e superados globalmente transformaram as sociedades. Considerando as condições precárias do sistema de saúde e política sanitária da época, culminou na convulsão da população numa manifestação que ficou historicamente conhecida como a Revolta da Vacina. Historiadores argumentam que não foi apenas a obrigatoriedade da vacina que motivou os protestos, mas, sim, uma entre várias medidas que visavam disciplinar a população mais pobre, erradicando-a das áreas centrais.

Como desdobramento, a lei foi modificada, e a utilização da vacina tornou-se opcional, mas a forma como o Brasil passou a lidar com a saúde pública e sua comunicação voltada para a conscientização da população nunca mais foram as mesmas. A utilização de vasto material informativo, como cartazes, folhetos e manuais; a adesão de celebridades às campanhas em TV e



G O M E Z

rádio; a criação dos Dias Nacionais de Vacinação e do personagem Zé Gotinha foram novas formas encontradas pelo país de promover a vacinação e erradicar as doenças infecciosas da época.

Hoje, grandes e notórios passos foram dados no que diz respeito à pesquisa brasileira. Estamos entre os 15 maiores produtores de ciência do mundo e, nas áreas relacionadas às doenças infecciosas, somos um dos primeiros. O mineiro Vital Brazil, que fundou o aclamado Instituto Butantan (São Paulo), que este ano comemorou 120 anos, liderou o combate a diversas doenças, como febre amarela, cólera, varíola e peste bubônica. Foi pioneiro nas pesquisas e na produção de soros específicos contra veneno de animais peçonhentos.

Referência em pesquisa biomédica, o instituto é o principal produtor de imunobiológicos no Brasil, além ser o responsável por grande porcentagem da produção de soros hiperimunes e pelo grande volume da produção nacional dos antígenos que compõem as vacinas utilizadas no Programa Nacional de Imu-

nizações do Ministério da Saúde.

E será neste segundo ano de pandemia de covid-19, em um período no qual o Brasil vive colapso do sistema de saúde, recordes de mortes diárias e nas médias móveis de transmissão da doença, que a Fundação Bunge homenageará profissionais da área das Ciências Biológicas, Ecológicas e da Saúde, especificamente aqueles dedicados à Prevenção de Doenças Infecciosas, um dos temas contemplados pela 65ª edição do Prêmio Fundação Bunge.

Hoje, com o país em isolamento em meio ao pior momento da pandemia do novo coronavírus, ignorar a gravidade da situação ou aumentar seu risco pode ser fatal. Como previu o Nobel escocês de Economia, Angus Deaton, em seu livro, *A Grande Saida*, de 2013: “Mais de uma vez na história da humanidade, a razão e a ciência provaram ser as armas mais apropriadas e, no fim das contas, bem-sucedidas no combate a inimigos invisíveis”. É preciso valorizar o trabalho da saúde pública, das pesquisas, dos cientistas e dos profissionais da Saúde.

Auxílio não é esmola!

» MARCELO ARO

Deputado federal (PP-MG), jornalista e advogado

O auxílio emergencial, que começou a ser distribuído na semana passada pelo governo federal com valores que variam de R\$ 150 a R\$ 375, é insuficiente para contornar os impactos da pandemia de covid-19 na vida do cidadão brasileiro. Afetadas financeira, emocional e psicologicamente pelo desemprego, pelo isolamento e pela falta de perspectivas a curto prazo, centenas de milhares de famílias enfrentam a fome e o medo da morte pelo coronavírus. Se a intensificação da vacinação traz novas esperanças de futuro, o presente ainda é uma incógnita para quem depende da ajuda de R\$ 150 do governo para sobreviver. Afinal, uma cesta básica em Minas Gerais não sai por menos de R\$ 500 por família.

Uma das grandes experiências que tive neste segundo mandato de deputado federal por Minas Gerais foi ter relatado a primeira edição do auxílio emergencial, em 2020, na Câmara dos Deputados. Um tema de extrema importância para o povo brasileiro e para a economia da nação. Uma tarefa que me demandou muito estudo e dedicação para entender não apenas as questões sociais envolvidas, mas também os impactos financeiros, orçamentários e econômicos diretamente relacionados com a concessão desse benefício para as pessoas mais carentes

de Minas e de todas as regiões do país.

Na época, nossos argumentos ajudaram a convencer o governo federal, em especial o presidente Jair Bolsonaro, de que o valor de R\$ 200, defendido pelo ministro Paulo Guedes, não seria suficiente para atenuar as aflições das famílias carentes. Foi por meio do nosso relatório e graças à sensibilidade do parlamento brasileiro que conseguimos aprovar um auxílio emergencial de R\$ 600. Hoje, o governo oferece às vítimas da pandemia um valor quatro vezes inferior ao proposto por mim no Congresso Nacional em 2020. A justificativa de que as contas públicas não vão bem deveria reforçar, a meu ver, uma postura inversa. Afinal, nenhum país cresce sem seu povo. E sem alimento não há pessoas, não há economia, não há desenvolvimento. Um pensamento que, segundo a imprensa, é compartilhado também pelo vice-presidente da República, Hamilton Mourão, para quem o auxílio que relatei jamais deveria ter sido suspenso.

Muito se falou sobre o custo expressivo do programa: R\$ 300 bilhões ou 4% do nosso PIB. Hoje, pesquisas indicam que foi justamente aquele primeiro auxílio emergencial que impediu uma retração ainda maior da nossa economia. A expectativa girava numa redução entre 8,4 e 14,8%, mas, graças ao programa, o resultado final do PIB esperado

para 2021 está na casa dos 4,5%. A lógica é simples. A população de baixa renda gasta quase todo o seu dinheiro em consumo, o principal componente do nosso PIB. Com o dinheiro gasto na padaria, por exemplo, o padeiro mantém sua família e honra seus compromissos com o distribuidor da farinha de trigo. Este paga o fabricante, que paga os agricultores e assim por diante em toda a cadeia produtiva, preservando empregos e gerando impostos.

Com a experiência de uma relatoria tão importante, posso afirmar que este momento exige ainda mais esforços de todos os dirigentes do nosso país para encontrarmos uma solução que amplie o valor do auxílio emergencial aos patamares do ano passado. É hora de abirmos os cofres com responsabilidade e criatividade, valendo-nos de uma gestão administrativa mais competente e dos ativos disponíveis, com a realização de leilões de áreas remanescentes do pré-sal, privatizações, concessões de rodovias e aeroportos, entre outros, para que o Brasil se capitalize e seu povo sobreviva. Vivemos em tempos de calamidade e de guerra contra um vírus que mata sem piedade ou distinção de raça, classe ou cor. Tempos extremos que requerem coragem e compromisso de todos, em especial dos governantes. Auxílio emergencial de R\$ 600, já!

Visto, lido e ouvido

DESDE 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.dj@dabr.com.br

Por uma CPI internacional

Há, em âmbito mundial, uma infinidade de fatos mal explicados, intercalados entre a pandemia e o processo posterior e apressado de vacinação que, cedo ou tarde, deverão vir à luz. Até como satisfação à humanidade. Para isso, será necessário, primeiramente, contabilizar, com precisão, o número de mortos globais e os reais prejuízos econômicos provocados por essa estranha e inesperada virrose em cada canto da Terra.

E por que isso será necessário? Para que, em seguida, seja formulado um programa semelhante ao Plano Marshal, aplicado por Estados Unidos e Europa Ocidental, após a II Grande Guerra, ou seja, para financiar, a longo prazo, os países mais atingidos para que voltem ao menos ao estágio econômico em que se encontravam antes da pandemia.

Essa será uma estratégia que impossibilitará uma quebra de ordem econômica mundial, com prejuízos, inclusive, aos países desenvolvidos. Desta vez, essa espécie de plano global deverá ser bancado por países, instituições e empresas que, acreditem, lucraram bilhões de dólares com essa pandemia ou que menos sofreram com ela. Essa parece ser uma das poucas saídas para a crise sanitária que tudo paralisou.

Ao contrário da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada agora no Senado brasileiro — e que muitos acreditam que se transformará num palanque político-eleitoral e de interesse apenas das legendas para obter mais vantagens —, será preciso a formação, em âmbito internacional, de uma Comissão para investigar a fundo todas as causas e efeitos dessa estranha doença que chegou tão rápido e com vacinas desenvolvidas em prazos recordes.

Obviamente que caberá à Organização das Nações Unidas (ONU) a instalação de tal Comissão, isto é, se ela vir a acontecer de fato. Caso a ONU não chame para si essa importante questão, o que pode ocorrer, de menor impacto, é a diminuição da credibilidade dessa instituição internacional.

Caso esses problemas sejam postos de lado, poderá ocorrer não apenas um aumento abissal e intransponível entre ricos e pobres, mas, também, servir como estopim para conflitos generalizados com aumento nas tensões entre as nações e uma explosão de casos de terrorismo. É o pós-pandemia.

Portanto, é preciso passar a limpo toda essa história misteriosa que redundou na eclosão da pandemia. Analisar a postura do governo chinês nesse caso, que escondeu fatos do mundo e, mais do que isso, impediu que uma comissão internacional, inclusive da imprensa, chegasse, in loco, esses eventos.

Desse comportamento suspeito nasceram teorias diversas, entre as quais a que dá conta de que tais acontecimentos tiveram origem em um acidente ocorrido em um laboratório daquele país especializado em fabricar armas biológicas de destruição em massa. Todos esses fatos devem ser checados para que, ao menos, não voltem a se repetir. Nessa situação surreal em que o planeta foi obrigado a mergulhar, até os mortos clamam por explicações.

» A frase que foi pronunciada

“Mandar nos outros ou interferir nos assuntos internos dos outros não traria nenhum apoio.”

Xi Jinping

Vale ver

» Anthony Hopkins ganhou o Oscar aos 83 anos de idade. Melhor ator no filme *Meu pai*. Um belo filme que retrata a mente e o ambiente no final da vida. Link no *Blog do Ari Cunha*.

Justiça cega

» Até quando o Brasil continuará punindo quem faz a coisa certa? Inconsolável, Elisa de Oliveira Flemen percebeu que os estudos rendiam mais em casa do que na escola. Criou um sistema de dedicação à leitura, prestou vestibular para Engenharia, passou com nota máxima em redação e ótimas notas em geral, mas foi impedida pela Justiça de cursar a universidade.

Repensar

» Leitora nos envia missiva protestando contra a nova modalidade de prestação de serviços do Detran. “Os trabalhos foram direcionados aos usuários que pagam pelos documentos, ficando com a obrigação de reproduzir, via internet, a consecução do documento CRV e da Carteira Motorista Digital, inclusive a impressão destes.” De uma forma geral, há muitas reclamações sem respostas no portal do Departamento de Trânsito de várias localidades.

Eles merecem

» SLU coleta DF é o nome do aplicativo para o cidadão se inteirar sobre dia e hora da coleta do lixo. É uma ótima oportunidade para as pessoas oferecerem um lanchinho para esses incansáveis trabalhadores, que correm o dia todo, respiram lixo para deixar a cidade limpa e agradável.

» História de Brasília

O Palácio do Planalto está na mesma linha. Difícil, também, a ligação pelo PABX. Quase impossível, para dizer a verdade. O serviço interurbano do Palácio atende com presteza, mas, infelizmente, não faz ligações internas. (Publicado em 01.02.1962)